

Citibank, N.A. - Filial Brasileira

CNPJ nº 33.042.953/0001-71

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Banco Citibank N.A.(Entidade), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Entidade apresentou um lucro líquido de R\$ 120.419 (2016 - R\$ 116.997) o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 9,26% (2016 - 9,84%). Em 30 de junho de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 16,46% (2016 - R\$ 13,53%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
ATIVO			
Circulante		5.072.945	5.418.474
Disponibilidades	4	1.809	993
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.727.196	3.775.407
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.713.777	3.677.580
Aplicações em moedas estrangeiras		13.419	97.827
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.262.429	437.497
Carteira própria	6	449.826	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	78.081	98.432
Vinculados a prestação de garantias	6	734.522	339.065
Relações interfinanceiras		996.100	1.144.843
Correspondentes no país		996.100	1.144.843
Orações de crédito	25.b	16.114	8.650
Operações de crédito - Setor privado		16.114	8.650
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(5)	-	-
Outros créditos		67.493	49.444
Rendas a receber		13.571	10.141
Crédito tributário	9	53.797	38.030
Diversos	10	743	1.273
Outros valores e bens		1.804	1.640
Despesas antecipadas		1.804	1.640
Não circulante		343.609	428.798
Realizável a longo prazo		313.449	398.566
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		3.184	46.429
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.184	46.429
Outros créditos		310.265	352.137
Crédito tributário	9	18.640	77.390
Diversos	10	291.625	274.747
Permanente		30.160	30.232
Investimentos	11	1.537	1.537
Outros investimentos		1.537	1.537
Imobilizado de uso	12	28.623	28.695
Imóveis de uso		66.196	66.196
Gastos de organização e expansão		52.426	52.455
Outras imobilizações de uso		14.770	14.770
(Depreciações acumuladas)	(13)	(104.769)	(104.726)
Intangível		-	-
Ativos intangíveis		-	4.382
(Amortizações acumuladas)	(4)	-	(4.382)
Total do ativo		5.416.554	5.847.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial (3.166)	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros			
Lucro líquido		1.258.549	-	104.749	900.459	-	116.997	2.260.591
Destinações:								
Reservas	18.b	-	5.850	-	-	-	(5.850)	-
Saldo em 30 de junho de 2016		1.258.549	110.599	900.459	-	(3.166)	111.147	2.377.588
Saldo em 31 de dezembro de 2016		1.258.549	123.148	1.100.029	-	(39)	-	2.481.687
Ajustes de avaliação patrimonial - Assistência a Saúde		-	-	-	-	339	-	339
Lucro líquido		-	-	-	-	-	120.419	120.419
Destinações:								
Reservas	18.b	-	6.021	-	-	-	(6.021)	-
Saldo em 30 de junho de 2017		1.258.549	129.169	1.100.029	-	(523)	114.398	2.601.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas entidades e suas Demonstrações Financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos Bancos Comerciais, inclusive as de câmbio.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil pelo valor de R\$ 710 milhões onde o grupo Itaú Unibanco será o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil. Como parte deste acordo, o Citibank N.A. venderá sua participação societária na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (4,51%). A conclusão desta operação está sujeita às aprovações dos órgãos reguladores, especialmente o BACEN - Banco Central do Brasil e o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.995 de 1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404 de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A atualização das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 10 de agosto de 2017.

3 | Principais práticas contábeis

a) Auração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente do recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme o Circular Monetário Nacional - CMN.

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram para uma negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destinada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros de comparação, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*), seguindo as premissas da Circular BACEN nº 3.082 de 2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, inclusive avais e fianças prestadas, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco, que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída, dentre as quais se destacam:

• A classificação das operações, com empresas do segmento *Corporate*, é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

A Entidade constitui provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação, são classificadas como de risco nível H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

h) Permanente

i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o uso e as operações em condições de entrega, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

• Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e

• Na perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, reconhecido diretamente no resultado.

j) Obrigações por repasses no exterior

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 29.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citi no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2017, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 10 de agosto de 2017.

	Nota	2017	2016
PASSIVO			
Circulante		2.790.185	3.382.497
Relações interdependências		96	84.905
Recursos em trânsito de terceiros		96	84.905
Obrigações por repasses do exterior		1.554.817	1.697.099
Repasses do exterior	14	1.554.817	1.697.099
Instrumentos financeiros derivativos	7	8.560	323.137
Instrumentos financeiros derivativos		8.560	323.137
Outras obrigações		1.226.712	1.277.356
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		55	28
Sociais e estatutárias		127.500	-
Fiscais e previdenciárias	15	38.979	100.408
Diversas	16	1.060.178	1.176.920
Não circulante		24.747	87.187
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.184	46.429
Instrumentos financeiros derivativos		3.184	46.429
Outras obrigações		21.422	40.682
Fiscais e previdenciárias	15	-	414
Diversas	16	21.422	40.268
Resultados de exercícios futuros		141	76
Resultados de exercícios futuros		141	76
Patrimônio líquido	18	2.601.622	2.377.588
Capital social		1.258.549	1.258.549
Reserva de lucros		1.229.198	1.011.058
(Ajustes de avaliação patrimonial)		(523)	(3.166)
Lucros acumulados		114.398	111.147
Total do passivo		5.416.554	5.847.272

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial (3.166)	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros			
Lucro líquido		1.258.549	-	104.749	900.459	-	116.997	2.260.591
Destinações:								
Reservas	18.b	-	5.850	-	-	-	(5.850)	-
Saldo em 30 de junho de 2016		1.258.549	110.599	900.459	-	(3.166)	111.147	2.377.588
Saldo em 31 de dezembro de 2016		1.258.549	123.148	1.100.029	-	(39)	-	2.481.687
Ajustes de avaliação patrimonial - Assistência a Saúde		-	-	-	-	339	-	339
Lucro líquido		-	-	-	-	-	120.419	120.419
Destinações:								
Reservas	18.b	-	6.021	-	-	-	(6.021)	-
Saldo em 30 de junho de 2017		1.258.549	129.169	1.100.029	-	(523)	114.398	2.601.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme definido o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e administrativos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações civis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido. As ações civis com valores inferiores a R\$300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

• Não ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. Referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionada ao valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sio remaneira acerca de matéria jurídica.

Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016**

(Em milhares de Reais)

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	Comércio	Indústria	Pessoas físicas	Total	Provisão
AA	1.755	10.469	3.895	16.119	-
Total	1.755	10.469	3.895	16.119	-

Provisão adicional (1) (5)

Total da provisão (5)

Nível de risco	Indústria	Pessoas físicas	Rural	Total	Provisão
AA	1.892	4.124	2.634	8.650	-
Total	1.892	4.124	2.634	8.650	-

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de risco	Saldo da carteira			Saldo da provisão		
	Curso normal	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Total da provisão
AA	16.119	16.119	100,00	-	-	-
Total	16.119	16.119	100,00	-	-	-

Provisão adicional (1) (5)

Total da provisão (5)

Nível de risco	Saldo da carteira			Saldo da provisão		
	Curso normal	Total da carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Total da provisão
AA	8.650	8.650	100,00	-	-	-
Total	8.650	8.650	100,00	-	-	-

(1) No segundo semestre de 2016, a Entidade passou a constituir provisão adicional ao mínimo requerido pelo Bacen para os clientes *Corporate*, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.**d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento**

	2017	2016
A vencer até 90 dias	9.703	5.817
D1 a 360 dias	2.833	2.833
Total	16.119	8.650

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2017		2016	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	14.125	87,63	7.872	91,01
20 seguintes maiores devedores	1.994	12,37	778	8,99
Total	16.119	100,00	8.650	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo inicial	(21)	-
Reversões	16	-
Saldo final	(5)	-
Total	51	132

Recuperação de créditos baixados como prejuízo

Não houve renegociações nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016.

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2017	2016
Financiamentos	280	(3.927)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	51	132
Total	331	(3.795)

9 | Créditos tributários**a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda**

	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Prejuízo fiscal	48.972	-	(14.245)	34.727
Provisão para gratificação	-	212	-	212
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	6	-	6
Total	48.972	218	(14.245)	34.945

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Prejuízo fiscal

Total

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, a Entidade registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 8.201. A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL e adicional neste exercício no montante de R\$ 6.648.

16) Outras obrigações - Diversas

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 17)	33.274	21.422	84	40.268
Créditos diversos - Banco mandatário (1)	995.398	-	1.144.843	-
Provisão de plano médico	-	-	-	-
• Benefício pós-emprego (2)	8.825	-	10.807	-
• Provisão para pagamentos a efetuar (3) (nota 25.e)	22.526	-	19.845	-
Diversas	155	-	1.341	-
Total	1.060.178	21.422	1.176.920	40.268

(1) Refere-se a saldo de posições de clientes por conta do exercício de mandato, outorgado por esses clientes à Entidade, para administração de seus recursos, incluindo pagamentos e recebimentos.

(2) Refere-se ao *deferido* do benefício pós-emprego do Plano Médico de Benefício Definido administrado pela Citibank - Sociedade de Previdência Privada.

(3) Refere-se a valores de provisão referentes ao bônus e férias a serem pagos aos funcionários.

17) Passivos contingentes e obrigações legais**a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências**

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para riscos fiscais	33.221	443	38.016	414
Provisão para contingências trabalhistas	-	6	-	15
Provisão para contingências cíveis	53	20.973	84	40.253
Total	33.274	21.422	38.100	40.682

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Entidade tem constituído provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente, pelos seguintes casos:

• **Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 30.043 (2016 - R\$ 28.422):** Trata-se de processo onde se discute a legalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% da contribuição ao INSS para instituições financeiras. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal (Lei nº 11.941/2009). Aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contigência renunciativa.• **Fiscal - PIS/COFINS - Anterioridade - R\$ 0 (2016 - R\$ 6.643):** Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 770. Após trânsito em julgado judicial favorável a Entidade reverteu integralmente a provisão no 2º semestre de 2016 no montante de R\$ 6.745.• **Cível - Ação indenizatória - R\$ 10.604 (2016 - R\$ 9.571):** Trata-se de processo onde se discute o reconhecimento do direito a correção monetária plena em razão da edição do Plano Verão, Lei nº 7.730/89. Acórdão de segunda instância favorável a Entidade.• **Contingências classificadas como risco de perda possível**

• Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos cíveis no montante de R\$ 75.211 (2016 - R\$ 67.157), e processos fiscais no montante de R\$ 152.444 (2016 - R\$ 142.377) compostas basicamente pelos seguintes casos:

• **PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 73.311 (2016 - R\$ 70.234):** Trata-se de processo em que discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se decisão de segunda instância administrativa.• **ISS Atividade Bancária - R\$ 73.441 (2016 - R\$ 70.259):** Trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre determinadas receitas relacionadas à atividade bancária. Aguardam-se decisões judiciais sobre o tema.**b) Movimentação das contingências**

	2017		2016	
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Utilização
Cíveis	42.654	8	(3.166)	(20.161)
Trabalhistas	11	1.384	(828)	(693)
Fiscais	32.788	-	-	876
Total	75.453	1.392	(3.994)	(20.860)

Saldo em 31/12/2015

Constituição

Reversão

Utilização

Atualização

Saldo em 30/06/2017

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Saldo em 31/12/2015

Constituição

Reversão

Utilização

Atualização

Saldo em 30/06/2016

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

Fiscais

Total

Cíveis

Trabalhistas

...Continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e à Diretoria da
Citibank N.A. - Filial Brasileira
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Citibank, N.A. - Filial Brasileira ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SPO14428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8